

Dimensão sócio-capitalista

Economia - Brasil

PAULO RABELLO DE CASTRO

No ano 2000, a História brasileira fará 500 anos. Não é pouco. Um marco que exige reflexão, consciência do que temos sido, como nação. A experiência acumulada ao longo da construção de cada nó da História. Consciência e experiência que nos remetem à ação, com criatividade, para tornar melhores os anos que virão.

Na virada dos primeiros 500 anos, o desafio da Nação é o de superar a mediocridade. O homem medíocre apenas se repete. A sociedade medíocre é apenas uma caricatura do próprio passado. O desafio do futuro consiste em inovar buscando possibilidades ainda não testadas. Com prudência, mas não com excesso de prudência.

O Plano Real tornou-se medíocre. Foi heróico e inovador na partida, depois de tantas outras tentativas desastradas, porque soube inovar. Como? Fez a transição monetária com abertura econômica e não com a confrontação aos credores externos. Trouxe a moeda nova com liberdade de preços e salários ainda que vigiada, superando a mediocridade do congelamento geral e burro. Por isso tudo, e mais pela esperteza da âncora cambial, na impossibilidade de conceber-se uma nova e duradoura estrutura financeira para o país, deu no resultado positivo de dois anos de câmbio em torno da paridade unitária.

Mas a esperteza não compensa a mediocridade. O Plano Real é um tiro curto, enquanto o Brasil precisa de uma transformação econômica para valer. A estabilidade do real não pode estar na dependência da variação do quilo do frango no supermercado. Pior é que hoje está.

É necessário e urgente buscarmos uma nova dimensão para o processo iniciado, ontem, com sucesso. Falta ao Real a estrutura do prédio sobre o qual se assenta, cambaleante, um magnífico telhado de vidro. Qual é a idéia? Simples. O país precisa aprender a distribuir riqueza no capitalismo, e não contra ou apesar dele.

Precisamos encontrar o fio da meada da democracia econômica: uma distribuição de capital para valer, diuturna, anônima, automática.

Esta será a única garantia de estabilidade do Real, a mais desses poucos meses de sucesso, porque acenará para cada brasileiro com aquilo que lhe é mais caro: a esperança de, um dia, chegar lá.

O pensamento medíocre, conservador, resiste ao salto democrático da distribuição do capital. Nisso estão unidos todos os conservadores do

país — os conservantistas históricos, como prefere dizer Walder de Góes. Os conservadores socialistas, os mais arraigados de todos, porque condenam a mera possibilidade de acumulação de capital ao manifestarem a mais genuína desconfiança a qualquer capacidade do povo em autodeterminar-se e acumular. Seriam estes os netos dos escravagistas de nossa História colonial. Do centro para a direita, estão todos os neo-cripto-infra ou procto-liberais, de fato apenas conservadores, também, aliados no processo de negociar o progresso a conta-gotas, ou melhor, a conta-votos.

No meio, porém, cresce todo dia a representação do Brasil que faz, oriunda de todos os matizes partidários, definindo um “basta” para os conservadorismos de toda espécie. São os que pretendem dar o salto duradouro para outra dimensão, que costumou chamar de sócio-capitalista, definindo, a nova possibilidade de capitalismo de sócios, não de poucos sócios (os de sempre), mas uma grande sociedade por ações de 160 milhões de brasileiros.

Sonho? Nada. Está aí na nossa frente. E é para amanhã. O desafio do sócio-capitalismo é a única resposta possível para o enigma que o economista oficial ainda não conseguiu decifrar: como sair do atoleiro dos juros altos, do sacrifício contínuo do setor produtivo, do desemprego na porta, da estagnação como remédio à escassa estabilidade do real? Como tornar essa estabilidade densa, resultante de mais (não de menos) produção? Como dizer ao país: produzam! Vendam! Enriqueçam! Distribuam!?

A solução desse enigma está na própria pergunta. A pista está em saber por que o real não tem futuro. Não tem futuro porque este não está projetado, nem pensado. Fazer o futuro acontecer significa trazê-lo para o presente, que é a única dimensão da existência. De dois modos: primeiro, renegociando todas as dívidas podres do setor público, num grande encontro de contas, para “limpar o futuro”; segundo, projetando todas as dívidas boas, os compromissos bons, para um futuro que passará a existir no minuto em que receber esse foco de luz. Conclusão prática: o risco das operações, o *spread* sobre os juros, toda a matemática financeira do financiamento de longo prazo passará a funcionar normalmente.

E a distribuição da riqueza? Essa é a grande novidade da dimensão sócio-capitalista do Real; o desate do nó financeiro do setor público, com uma dívida mobiliária bruta calculada em mais de 260 bilhões de reais (em dez/95), só poderá ser concluído se se fizer um encontro cruzado desses débitos contra os créditos e ativos desses devedores públicos. Aparecerão então os credores principais desse imbróglio financeiro que — pasmem — são os próprios trabalhadores do país, os milhões que detêm créditos “podres” nas suas contas de FGTS (patrimônio “podre” de 44 bilhões de reais), os milhões que detêm créditos “podres” contra o INSS por serem seus contribuintes da futura aposentadoria-que-não-virá (outros estimados 60 bilhões de reais), os milhões que detêm créditos contra o PIS-Pasep-FAT, não se contando a dívida social da saúde pública e da educação básica.

Contra esses créditos — que o Governo dos conservadores teima em ignorar — até agora não se fez nada. Afinal, que espécie de capitalismo é este? Precisamos de uma dimensão sócio-capitalista de milhões de sócios, não apenas milhares de privilegiados. Agora é a vez de crescer com muitos. A própria Associação dos Fundos

da Previdência Fechada endossa o salto para a nova dimensão sócio-capitalista. No ano 2010, se cerca de 34 milhões de trabalhadores estiverem participando do patrimônio empresarial do país — via seus fundos (FGTS, Previdência) na privatização das empresas estatais, da infra-estrutura e do patrimônio mineral brasileiro — então o valor médio do capital de cada participante será de 17 mil dólares, e o volume total do capital previdenciário, da ordem de 578 bilhões de dólares. Com 34 milhões de sócios (contra os dois milhões atuais dos fundos de pensão majoritariamente estatais) o Brasil terá formado uma sólida classe média, de mais de dez milhões de pessoas.

Nesse cenário, a nossa linha de pobreza terá sido comprimida para, no máximo, 20% da população contra os quase 50% atuais. As alternativas à transformação sócio-capitalista não exigem tanta imaginação. Basta deixar tudo como está, tocando as “reformas” pelas beiradas.

PAULO RABELLO DE CASTRO é economista e vice-presidente do Instituto Atlântico.